

## **Demonstrações Contábeis**

### **INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA – IMAFLORA**

**31 de dezembro de 2017 e 2016**

**com Relatório do Auditor Independente  
Sobre as Demonstrações Contábeis**

#### **São Paulo**

Av. Yôjiro Takaoka, 4384 - 8º andar  
conj.: 803 e 804 - Alphaville

F.: (11) 3661-9933 / 11.3661-1137  
saopaulo@audisaauditores.com.br

#### **Porto Alegre**

Av. Getúlio Vargas, 1157  
conj.: 1316 - Menino Deus - 90150-005

Fone/Fax: (51) 3062.8922  
portoalegre@audisaauditores.com.br

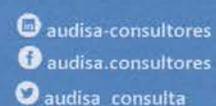
#### **Recife**

recife@audisaauditores.com.br

#### **Rio de Janeiro**

riodejaneiro@audisaauditores.com.br

[www.portalaudisa.com.br](http://www.portalaudisa.com.br)



30/março/2018

Aos conselheiros e administradores do

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA – IMAFLORA

**Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Prezado senhor (a),

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S<sup>a</sup> o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 do INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA – IMAFLORA.

Atenciosamente,



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

**INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA –  
IMAFLORA**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2016

**SUMÁRIO**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS .....4-6

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**São Paulo**

Av. Yojiro Takaoka, 4384 - 8º andar  
conj.: 803 e 804 - Alphaville

F.: (11) 3661-9933 / 11 3661-1137  
saopaulo@audisaauditores.com.br

**Porto Alegre**

Av. Getúlio Vargas, 1157  
conj.: 1316 - Menino Deus - 90150-005

Fone/Fax: (51) 3062.8922  
portoalegre@audisaauditores.com.br

**Recife**

recife@audisaauditores.com.br

**Rio de Janeiro**

riodejaneiro@audisaauditores.com.br

[www.portalaudisa.com.br](http://www.portalaudisa.com.br)

 audisa-consultores  
 audisa.consultores  
 audisa\_consulta

**INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA –  
IMAFLOA**

CNPJ. : 00.580.567/0001-84

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA – IMAFLORA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos****Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 30 de março de 2018

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**  
**CRC/SP 2SP 024298/O-3**



Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador

CRC/SP 187.003/ O- 0

CNAI – SP – 1620

## INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

Estrada Chico Mendes, 185, CEP 13420-426 - site: [www.imaflorea.org](http://www.imaflorea.org) - fone (19) 3429-0800 - CNPJ 00.580.567/0001-84

O Instituto de Manejo e Certificação Floresta e Agrícola - Imaflorea, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos ou econômicos, e tem por missão institucional incentivar e promover mudanças nos setores florestal e agrícola, visando a conservação e o uso sustentável de recursos naturais e a promoção de benefícios sociais.

### Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)

ATIVO	Nota:	2017	2016	PASSIVO	Nota:	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	5			Obrigações Trabalhistas e Encargos	10	327.335	421.266
Caixa		8.919	3.596	Obrigações Fiscais e Sociais		76.067	190.164
Bancos Conta Movimento		109.409	138.218	Fornecedores		640.170	520.635
Bancos Conta Aplic. Liquidez Imediata		12.431.398	6.668.824	Provisão de Férias	11	1.207.538	1.056.703
		<u>12.549.726</u>	<u>6.810.638</u>	Adiantamento de Clientes		124.333	18.357
<b>CONTAS A RECEBER</b>		7.932.486	5.114.394	Repasse Taxa a terceiros		-	-
Clientes - Serviços	6	2.925.970	3.724.522	Recursos de Projetos em Execução	12	12.622.321	5.455.004
Projetos (Parcerias)	6	5.006.516	1.389.872	Subvenções a Realizar		-	-
(-) Provisão Créditos e Liquidação Duvidosa	6	(306.935)	(125.411)	Recursos Vinculados a Terceiros		632.047	113.992
		<u>7.625.551</u>	<u>4.988.983</u>			<u>15.629.811</u>	<u>7.776.121</u>
<b>OUTROS ATIVOS CIRCULANTES</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Adiantamentos	8	206.142	141.958	Provisões Contingenciais		-	19.295
Disp. Antec. com Funcionários		52.403	36.543	Financiamentos a pagar	13	-	2.178
Impostos a Recuperar		-	-	Projeto a Executar LP	14	8.012.856	942.721
Despesas do Exercício Seguinte		14.268	10.283			<u>8.012.856</u>	<u>964.194</u>
		<u>272.813</u>	<u>188.784</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16		
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<u>20.448.089</u>	<u>11.988.404</u>	Patrimônio Social		2.437.004	2.437.004
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				Fundo Patrimonial	16c	2.567.285	2.423.068
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>				Fundo Social	16d	1.916.695	1.413.911
Contas a Receber de Projetos LP	7	8.012.856	942.721	Ajustes de Avaliação Patrimonial		662.008	662.008
		<u>8.012.856</u>	<u>942.721</u>	Reserva de Reavaliação		44.194	44.194
<b>IMOBILIZADO</b>				Superavit/ Deficit do Período		1.063.123	535.967
Bens em Uso	9	5.060.612	4.401.040			<u>8.690.309</u>	<u>7.516.153</u>
(-) Depreciação Acumulada	9	(1.308.771)	(1.206.795)	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>32.332.976</u>	<u>16.256.468</u>
		<u>3.751.841</u>	<u>3.194.245</u>				
<b>INTANGIVEL</b>							
Bens em Uso	9	317.564	312.524				
(-) Amortização Acumulada	9	(232.490)	(207.542)				
		<u>85.074</u>	<u>104.983</u>				
<b>PROJETOS EM ANDAMENTO</b>							
Projetos em andamento	9	35.115	26.115				
		<u>35.115</u>	<u>26.115</u>				
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<u>11.884.886</u>	<u>4.268.063</u>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>32.332.976</u>	<u>16.256.468</u>				

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Piracicaba-SP, 31 de dezembro de 2017

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
Laura de Santis Prada - Secretária Executiva  
CPF: 177.464.528-92

José Marcos de Cavalho  
Contador CRC: 1SP219957/O-6  
CPF: 812.291.608-25

**INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA**

Estrada Chico Mendes, 185, CEP 13420-426 - site: www.imaflora.org - fone (19) 3429-0800

CNPJ Nº 00.580.567/0001-84

**Demonstrações do Resultado do Período em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)**

	<u>Nota:</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receitas Brutas</b>			
<b>Recursos Projetos</b>		<b>11.086.203</b>	<b>8.271.211</b>
Projetos (Parcerias)	19	10.694.454	7.687.661
Patrocínios (projetos)		-	177.747
Doações Pessoas jurídicas	19	391.750	405.803
<b>Recursos Próprios</b>		<b>11.789.046</b>	<b>11.079.609</b>
Prestação de Serviços	18	10.219.936	9.537.967
Gestão da Certificação Florestal		780.414	1.000.151
Taxa de contribuição Agrícola		500.254	288.771
Cursos e Treinamentos		288.442	252.720
<b>Total Receitas Brutas</b>		<b>22.875.249</b>	<b>19.350.820</b>
<b>(-) Deduções da Receita (impostos e tributos)</b>		<b>(1.665.620)</b>	<b>(1.124.163)</b>
Cofins s/ Faturamento		(761.094)	(680.554)
ISS s/ Faturamento		(477.976)	(443.609)
Outras deduções		(426.550)	-
<b>(=) Receita Líquida de Prestação de Serviços</b>		<b>21.209.629</b>	<b>18.226.657</b>
<b>(-) Custos com Serviços Prestados/ Projetos</b>			
<b>(-) Com Recursos de Atividades</b>		<b>(16.313.030)</b>	<b>(13.931.312)</b>
(-) Custo com Pessoal	20	(8.764.978)	(7.720.073)
(-) Outros Custos Diretos e Indiretos	21	-7.548.052	(6.211.239)
<b>Total Custos com Serviços Prestados/ Projetos</b>		<b>(16.313.030)</b>	<b>(13.931.312)</b>
<b>(=) Resultado Operacional</b>		<b>4.896.599</b>	<b>4.295.345</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Despesas com Pessoal	20	(2.699.178)	(2.592.915)
Despesas Administrativas	21	(744.003)	(744.295)
Depreciação e amortização	21	(101.146)	(85.609)
Despesas Tributárias		(58.528)	(42.914)
Outras Despesas Não Operacionais		(136.658)	(193.494)
		<b>(3.739.513)</b>	<b>(3.659.227)</b>
<b>(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>1.157.085</b>	<b>636.118</b>
<b>(+/-) Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>(93.963)</b>	<b>(100.150)</b>
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>		<b>1.063.123</b>	<b>535.967</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis*

Piracicaba-SP, 31 de dezembro de 2017

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
 Laura de Santis Prada - Secretária Executiva  
 CPF: 177.464.528-92

José Marcos de Carvalho  
 Contador CRC: 1SP219957/O-6  
 CPF: 812.291.608-25

**INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA**

Estrada Chico Mendes, 185, CEP 13420-426 - site: www.imaflora.org - fone (19) 3429-0800

CNPJ Nº 00.580.567/0001-84

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)**

ESPECIFICAÇÕES	Nota:	PATRIMONIO		RESERVA DE FUNDOS		RESERVA DE	AJUSTE DE	SUPERAVIT	TOTAL
		SOCIAL	PATRIMONIAL	SOCIAL	REAVALIAÇÃO	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DO PERÍODO		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		2.437.004	2.116.027	1.218.523	44.194	662.008	728.816	7.206.573	
Incorporação/ rendimentos	16	-	307.041	584.842	-	-	(728.816)	163.067	
(-) Financiamento de Cert. Comunitários	16	-	-	(389.454)	-	-	-	(389.454)	
Superávit em 2016							535.967	535.967	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		2.437.004	2.423.068	1.413.911	44.194	662.008	535.967	7.516.153	
Ajuste de Exercício Anterior				-				-	
Incorporação do resultado	16	-	-	291.656	-	-	(535.967)	(244.311)	
Rendimentos dos Fundos	16		144.217	136.802				281.018	
Transferência entre contas				332.755				332.755	
(-) Financiamento de Cert. Comunitários	16d	-		(258.429)				(258.429)	
Superávit em 2017							1.063.123	1.063.123	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		2.437.004	2.567.285	1.916.695	44.194	662.008	1.063.123	8.690.309	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Piracicaba-SP, 31 de dezembro de 2017

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
 Laura de Santis Prada - Secretária Executiva  
 CPF: 177.464.528-92

José Marcos de Cavalho  
 Contador CRC: 1SP219957/O-6  
 CPF: 812.291.608-25

**INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA**

Estrada Chico Mendes, 185, CEP 13420-426 - site: www.imaflora.org - fone (19) 3429-0800

CNPJ Nº 00.580.567/0001-84

**Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais) - Método Indireto**

1- ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota:	2017	2016
<b>Superávit do Período</b>		<b>1.063.123</b>	<b>535.967</b>
(+) Depreciação e Amortização		252.866	214.024
(+/-) Provisão (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa		181.524	(37.692)
(-) Reversão de Contingências		(19.295)	19.295
(+) Créditos convertidos para o Fundo Social		369.462	163.067
(-) Financiamento de projetos comunitários		(258.429)	(389.454)
<b>Superávit do Período Ajustado</b>		<b>1.589.251</b>	<b>505.206</b>
<b>Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC</b>			
Clientes		(2.818.092)	(494.148)
Outros Ativos Circulantes		(84.029)	2.039
Projetos LP		(7.070.135)	286.336
<b>Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC</b>		<b>(9.972.256)</b>	<b>(205.774)</b>
<b>Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC</b>			
Obrigações Trabalhistas		(93.931)	171.925
Obrigações Fiscais e Sociais		(114.096)	116.326
Fornecedores		119.535	(104.222)
Provisão de Férias		150.835	142.150
Adiantamento de Clientes		105.975	2.242
Recursos de Projetos em Execução		7.167.316	438.966
Recursos Vinculados a Terceiros		518.055	(2.831)
Recursos Vinculados a Terceiros - LP		7.070.135	(1.760.512)
<b>Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC</b>		<b>14.923.825</b>	<b>(995.956)</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>6.540.820</b>	<b>(696.523)</b>
<b>2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
	17		
(+) Venda de ativo Imobilizado		95.806	-
(-) Aquisição de ativo Imobilizado		(881.320)	(279.741)
(-) Novas aquisições de ativo Intangível		(5.040)	(30.272)
(-) Projetos em andamentos		(9.000)	160.499
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(799.554)</b>	<b>(149.515)</b>
<b>3- DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
	17		
(+) Contratação de Leasing		(2.178)	(13.070)
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(2.178)</b>	<b>(13.070)</b>
<b>(1+2+3) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>5.739.088</b>	<b>(859.107)</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		6.810.638	7.669.746
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		12.549.726	6.810.638
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO</b>		<b>5.739.088</b>	<b>(859.107)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Piracicaba-SP, 31 de dezembro de 2017

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
 Laura de Santis Prada - Secretária Executiva  
 CPF: 177.464.528-92

José Marcos de Carvalho  
 Contador CRC: 1SP219957/O-6  
 CPF: 812.291.608-25

**INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA**

Estrada Chico Mendes, 185, CEP 13420-426 - site: www.imaflora.org - fone (19) 3429-0800

CNPJ Nº 00.580.567/0001-84

**Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em reais)**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>1 – RECEITAS</b>	<b>22.448.699</b>	<b>19.350.820</b>
1.1) Prestação de Serviços	9.793.386	9.537.967
1.2) Projetos (Parcerias)	10.694.454	7.865.408
1.3) Gestão da Certificação Florestal	780.414	1.000.151
1.4) Taxa de contribuição Agrícola	500.254	288.771
1.5) Doações Pessoas jurídicas p/ custeio	391.750	405.803
1.6) Cursos e treinamentos	288.442	252.720
1.7) Outras receitas	-	-
<b>2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>8.276.994</b>	<b>7.020.614</b>
2.1) Custos, Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.140.336	6.827.120
2.2) Outros	136.658	193.494
<b>3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>14.171.705</b>	<b>12.330.206</b>
<b>4 – DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO</b>	<b>252.866</b>	<b>214.024</b>
<b>5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>13.918.839</b>	<b>12.116.182</b>
<b>6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>177.923</b>	<b>276.513</b>
6.1) Receitas financeiras	177.923	276.513
<b>7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>14.096.762</b>	<b>12.392.695</b>
<b>8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>14.096.762</b>	<b>12.392.695</b>
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Salários, férias e décimo terceiro	8.062.084	6.973.782
8.1.2 – Benefícios	1.280.342	1.143.172
8.1.3 – F.G.T.S	538.495	515.226
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais (Incluindo INSS Empresa e PIS s/ Folha, Cofins)	2.344.329	2.361.362
8.2.3 – Municipais	536.504	486.523
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros	271.885	376.663
8.4) Aplicação dos recursos nos objetivos institucionais		
8.4.1 – Superávit do Período	<u>1.063.123</u>	<u>535.967</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Piracicaba-SP, 31 de dezembro de 2017

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola  
Laura de Santis Prada - Secretária Executiva  
CPF: 177.464.528-92

José Marcos de Carvalho  
Contador CRC: 1SP219957/O-6  
CPF: 812.291.608-25

**Notas explicativas das demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Em reais - R\$)**

## **1. Contexto operacional**

O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Piracicaba SP, criada em 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestais e agrícolas.

O Imaflora incentiva e promove mudanças nos setores florestal e agrícola, visando à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a geração de benefícios sociais.

Por meio de suas ações o Imaflora pretende contribuir para: o aumento da conservação dos recursos naturais; a garantia da conservação de áreas protegidas; a garantia dos direitos fundamentais do trabalho e da saúde e da segurança para trabalhadores de empreendimentos florestais e agrícolas; a geração de benefícios sociais para populações diretamente afetadas por projetos e empreendimentos florestais e agrícolas; a geração de benefícios sociais para produtores familiares e comunidades florestais e, para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa associadas às atividades dos setores florestal e agropecuário.

### **Frentes e atividades do Imaflora em 2017:**

- *Certificação Socioambiental.*
- *Comunidades e Áreas Protegidas.*
- *Políticas de Interesse Público.*
- *Cadeias Produtivas Responsáveis.*
- *Clima e Cadeias agropecuárias*
- *Cursos e Palestras.*

#### ***Certificação Socioambiental:***

A certificação socioambiental estimula melhorias ambientais, sociais e econômicas nos setores florestal e agropecuário. Ela reconhece que atuação responsável contribui para a conservação dos recursos naturais, proporciona condições dignas e justas para os trabalhadores e promove boas relações com a comunidade próxima à área, propriedade ou empresa certificada.

Entre os benefícios alcançados pelos empreendimentos certificados, independente do porte, os que se destacam são: diferenciação dos produtos no mercado, participação em mercados mais exigentes, ganhos em gestão e melhoria na imagem institucional.

#### ***Comunidades e Áreas Protegidas:***

Queremos provocar transformações reais e significativas nas regiões onde atuamos. Por meio das políticas de desenvolvimento local sustentável, buscamos práticas inovadoras de gestão e uso da terra, que aliem conservação dos recursos naturais, geração de renda e garantia dos direitos às populações locais e trabalhadores. Com isso, pretendemos fortalecer as comunidades que vivem na região e suas relações com os poderes públicos, empresas e entidades privadas.

A intenção é criar modelos que possam ser replicados em outras regiões, amplificando seu alcance e multiplicando os benefícios que pretendemos alcançar: qualidade de vida, conservação e uso sustentável dos recursos florestais e agropecuários.

### **Políticas de Interesse Público:**

Desenvolvemos ações para influenciar a elaboração e a implementação de políticas de interesse público relacionadas a práticas sustentáveis de produção florestal e agropecuária, seja por meio da produção e da análise de estudos técnicos ou da influência nos sistemas de certificação FSC e RAS ou nos códigos de boas práticas no âmbito da Iseal Alliance.

Com esse intuito, participamos também do Conselho Gestor de Florestas Públicas, órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro e representamos o Fórum Brasileiro de ONGs no Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

### **Cadeias Produtivas Responsáveis:**

Com 20 anos de experiência no desenvolvimento e implementação de práticas responsáveis de gestão e produção, o Imaflora tem atuado para mudanças nas cadeias produtivas dos setores florestal e agropecuário para atingir um patamar mais elevado de sustentabilidade. Temos colaborado para a evolução das políticas e práticas que levem órgãos públicos, empresas privadas, cooperativas e associações para uma posição de melhoria contínua e liderança em sustentabilidade. Apoiamos estas organizações por meio de análises, construção de soluções, desenvolvimento e implementação de ferramentas e treinamentos que visam melhorar a gestão, o desempenho socioambiental e produtivo e aumentar a transparência e a comunicação com a sociedade.

Atuando com empresas, com cooperativas, com ONGs e com órgãos públicos e em pactos ou acordos multi-setoriais nacionais e internacionais, realizamos projetos inovadores nas cadeias produtivas do café, cacau, cana-de-açúcar, soja, pecuária, madeira, carvão e produtos florestais não madeireiros. Oferecendo apoio para organizações dos setores florestal e agropecuário em diversas áreas.

### **Clima e Cadeias agropecuárias**

Reduzir emissões e proteger o clima, ideais que mobilizam o Imaflora e fazem parte de sua missão. Para isso, o Instituto atua no desenvolvimento de ferramentas e propostas que permitam à agropecuária atender a demanda por alimentos e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Adotando práticas de baixas emissões e alto sequestro de carbono, o setor pode reduzir 50% das suas emissões atuais até 2030.

### **Principais ações empreendidas:**

Em parceria com o Observatório do Clima, o Imaflora realizou as estimativas das emissões do setor agropecuário brasileiro de 1970 a 2013. Os resultados estão na plataforma Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg)

**Programa Novo Campo.** Em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), o Imaflora colabora com o desenvolvimento do sistema de monitoramento e verificação das boas práticas em campo e o cálculo das emissões de GEE na pecuária

Programa da USAID que tem foco na redução da fome e na segurança alimentar em países que estão próximos à linha da pobreza.

No setor florestal, o Imaflora é o maior validador e verificador de projetos de carbono florestal do Brasil, tanto na Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REED+) quanto em projetos de reflorestamento.

Em conformidade com o seu Estatuto Social, em 2017 o Imaflora atuou e realizou atividades operacionais nas frentes acima descritas, cujos recursos correspondentes, conforme detalhado nas demonstrações contábeis, decorreram de atividades próprias do Imaflora, através da Prestação de Serviços, execução de projetos cobertos por contratos, termos de parceria, convênios, etc. firmados, e ainda utilização de recursos próprios destinados ao subsídio de atividades junto a comunidades e pequenos produtores.

Em 2017 houve um significativo aumento nas ações relacionadas a projetos nas diversas áreas, mas com destaque em áreas protegidas, mercado e cadeias agropecuárias e Clima, em decorrência de novos e significativos aportes de recursos através de novos contratos firmados em 2017 e de longo prazo (dois a três anos) junto a financiadores, patrocinadores, doadores e parceiros, destacando-se recursos do Fundo Amazônia/BNDES da ordem de R\$ 17 milhões em 3 anos, e que ocasionou um significativo aumento no total de Ativo e Passivo da instituição, comparados ao ano anterior e conforme detalhado em Notas do Balanço.

## **AÇÕES E ATIVIDADES OPERACIONAIS EM 2017**

As ações operacionais do Imaflora em 2017 e que, financeiramente, fazem parte das demonstrações contábeis do Imaflora 2017, estão descritas por atividade operacional no Relatório Anual do Imaflora 2017, acessível no Site do Imaflora. [www.imaflora.org](http://www.imaflora.org)

### **2. Base de preparação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 20 de abril de 2018.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisados de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a gestão do risco financeiro (nota 4), a provisão de créditos de liquidação duvidosa (nota 6) e o valor residual do ativo imobilizado (nota 9).

## **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

### **a) Moeda estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### **b) Instrumentos financeiros**

#### *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. O Imafloira possui como ativos financeiros não derivativos àqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### *Registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do documento oficial de gestão classificado e mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no encerramento do exercício.

### *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo.

### *Aplicações financeiras*

As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha e em fundos ou títulos considerados de baixo risco ou moderado às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado

### *Passivos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos, a Entidade possui os fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporação dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

## **c) Ativo imobilizado**

### *Reconhecimento e mensuração*

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos como outras receitas no resultado.

### *Custos subsequentes*

Os dispêndios havidos com a reposição de um componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permita que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

## Depreciação

A depreciação acumulada e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Edificações	2%
Veículos e servidores de dados	20%
Computadores e periféricos	33,33%
Máquinas e equipamentos, instalações, móveis e utensílios, e equipamentos de escritório.	10%
Embarcações	5%
Micro Gerador de Energia (*)	8%

(\*) Placas Solares (sistema de micro geração de energia solar) definida taxa de depreciação de 8% tendo por base referencial de mercado verificado. Trata-se de um equipamento/sistema com tecnologia recém-inserido no mercado brasileiro e, ainda, sem um padrão de taxa de depreciação definido.

Embora apresente uma vida útil da ordem de 25 anos, optamos por depreciar em período mais próximo ao padrão médio para equipamentos. Ou seja, uma taxa de 8% a.a., tendo por base uma consulta ao mercado (Revista "Economia.com"), bem como de forma a não representar um custo operacional efetivo maior que o custo do sistema anterior, pela rele pública.

Os critérios de depreciação e amortização, a estimativa de vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Neste último exercício não foram feitas alterações de vida útil, em relação às determinações do último Laudo Técnico de avaliação de vida útil dos bens da Instituição e, portanto, a Administração decidiu por manter as mesmas taxas até aqui vigentes, e que tem por base o último Laudo Técnico.

### *d) Redução ao valor recuperável*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativos de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual, sendo constituída provisão para perdas sobre seus ativos.

#### *e) Provisões e passivos circulantes e não circulantes*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

#### *f) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado*

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência.

#### *g) Receitas financeiras*

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### *h) Receitas de Serviços*

São recursos provenientes de prestação de Serviços de Certificação, Verificações, Serviços de Consultorias ou Assistência técnica e Cursos/Treinamentos, conforme previsto no artigo V do Estatuto Social.

#### *i) Receita de Projetos, Patrocínios e Subvenção.*

São recursos financeiros provenientes de convênios, contratos de subvenção, financiamentos, patrocínios, termos de cooperação técnica-financeira e Contratos de Concessão de colaboração financeira não reembolsável firmado e tendo como objetivo principal operacionalizar a execução de projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta, periodicamente, de todo o fluxo financeiro e operacional junto às respectivas fontes de recursos, ficando também toda documentação à disposição das mesmas para qualquer fiscalização. Todos os convênios, contratos e demais documentos firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

#### *j) Apuração do superávit do período*

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo documento fiscal competente e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### *Fatores de risco de risco financeiro*

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

##### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. A Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

##### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações Financeiras de curto prazo	12.431.398	6.668.824
Contas a Receber de clientes	2.925.970	3.724.522
Contas a Receber de projetos	5.006.516	1.389.872
Outros créditos	206.142	141.958
	<u>20.570.026</u>	<u>11.925.176</u>

##### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2017 um ativo circulante de R\$ 20.448.089 para um passivo circulante R\$ 15.629.811, o que representa uma liquidez de R\$ 4.818.278 (liquidez de R\$ 4.212.283 em 2016).

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações financeiras que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação, com aplicação de risco baixo ou moderado.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	118.328	141.814
Aplicações Financeiras (*)	12.431.398	6.668.824
	<u>12.549.726</u>	<u>6.810.638</u>
<b>(*) Aplicações financeiras:</b>		
Banco Itaú S.A.	10.747.095	5.071.072
Banco do Brasil S.A.	1.649.835	1.592.765
Banco Bradesco S.A.	34.468	4.987
	<u>12.549.726</u>	<u>6.668.824</u>

(\*) As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

### 6. Contas a receber de Serviços e projetos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Clientes - Serviços	2.925.970	3.724.521
Projetos (*)	5.006.516	1.389.872
	<u>7.932.486</u>	<u>5.114.393</u>
Provisão para perdas com créditos (**)	(306.935)	(125.411)
	<u>7.625.551</u>	<u>4.988.982</u>
<b>Faixas de vencimentos</b>		
À vencer		6.043.014
Vencidos entre 31 e 360 dias		1.341.572
Vencidos entre 361 e 720 dias		169.998
Vencidos acima de 720 dias		377.902
		<u>7.625.551</u>

(\*) Este grupo (projetos) está composto por valores a receber, cujos vencimentos não ultrapassam o exercício subsequente:

Projeto Floresta de Valor	2.889.327
Projeto Liderança da Floresta	1.419.165
Projeto Olhos da Floresta	281.381
Projeto Café CEPF	234.847
Outros Projetos	181.796
	<b>5.006.516</b>

(\*\*) *Constituída em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando dados históricos. Os critérios utilizados para o cálculo dessa estimativa sobre a carteira de recebíveis de clientes são os seguintes:*

<b>Faixas de vencimentos</b>	<b>Percentual de provisão</b>
Vencido até 360 dias	16,91%
Vencido entre 361 e 720 dias	2,14%
Vencido acima de 720 dias	4,76%

## 7. Ativo não circulante (Realizável em Longo Prazo)

O Instituto possui contratos firmados de longo prazo com entidades parceiras conforme quadro abaixo.

Este grupo está composto por valores a receber, cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

Coca Cola - Olhos da Floresta	130.270
Conservação Internacional - Café CEPF	209.661
BNDES / Fundo Amazônia - Floresta de Valor	7.672.925
	<b>8.012.856</b>

## 8. Adiantamentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos de férias	79.822	73.036
Adiantamentos de viagens	23.101	12.888
Adiantamentos de fornecedores	63.040	22.626
Despesas reembolsáveis	40.177	33.408
	<b>206.142</b>	<b>141.958</b>

## 9. Imobilizado e intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. O instituto possui registrados os direitos de uso de software e marcas de sua propriedade ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

As movimentações do custo, da depreciação e amortização do imobilizado e do intangível em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados nos quadros abaixo:

Movimentação do custo de 01.01.2017 a 31.12.2017

Nome da Conta	Saldo Inicial em 01.01.17	Adições	Baixas	Transferencias	Saldo Final em 31.12.17
<b>BENS EM OPERAÇÃO</b>	<b>4.314.054,13</b>	<b>881.320,26</b>	<b>(221.747,91)</b>	-	<b>4.973.626,48</b>
Terrenos	1.304.780,40	-	-	-	1.304.780,40
Imoveis	1.334.008,34	-	-	-	1.334.008,34
Benfeitorias em Imóveis	11.328,94	-	-	-	11.328,94
Moveis e Utensilios	230.713,54	13.841,00	-	-	244.554,54
Equipamentos de Escritorio	23.278,08	17.588,99	-	-	40.867,07
Maquinas e Equipamentos	237.846,87	12.050,02	-	-	249.896,89
Computadores	443.402,93	78.723,26	-	-	522.126,19
Servidor de Dados	20.763,29	43.395,19	-	-	64.158,48
Instalações	25.189,08	1.664,81	-	-	26.853,89
Veiculos	344.910,64	714.056,99	(221.747,91)	-	837.219,72
Embarcações	23.950,00	-	-	-	23.950,00
Micro Gerador de Energia	313.882,02	-	-	-	313.882,02
<b>REAVALIAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>86.985,98</b>	-	-	-	<b>86.985,98</b>
Equipamentos de escritorio	20.955,22	-	-	-	20.955,22
Moveis e Utensilios	23.456,25	-	-	-	23.456,25
Maquinas e Equipamentos	3.942,51	-	-	-	3.942,51
Terrenos	38.632,00	-	-	-	38.632,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.401.040,11</b>	<b>881.320,26</b>	<b>(221.747,91)</b>	-	<b>5.060.612,46</b>
<b>(-) DEPRECIACÕES</b>	<b>(1.206.795,12)</b>	<b>125.941,98</b>	<b>(227.918,02)</b>	-	<b>(1.308.771,16)</b>
Deprec. Imoveis	(267.911,55)	-	(26.680,20)	-	(294.591,75)
Deprec. Moveis e Utensilios	(168.437,21)	-	(21.615,40)	-	(190.052,61)
Deprec. Equipamentos de Escritorio	(34.183,58)	-	(3.116,81)	-	(37.300,39)
Deprec. Maquinas e Equipamentos	(118.331,49)	-	(17.680,79)	-	(136.012,28)
Deprec. Computadores	(362.575,87)	-	(38.971,22)	-	(401.547,09)
Deprec. Servidor de Dados	(18.759,50)	-	(3.987,80)	-	(22.747,30)
Deprec. Instalações	(20.910,34)	-	(2.244,86)	-	(23.155,20)
Deprec. Veiculos	(134.204,88)	125.941,98	(87.060,26)	-	(95.323,16)
Deprec. Embarcações	(3.021,00)	-	(1.450,08)	-	(4.471,08)
Deprec. Micro Gerador de Energia	(30.105,72)	-	(25.110,60)	-	(55.216,32)
Deprec. Reavaliação - Equipamentos	(20.955,22)	-	-	-	(20.955,22)
Deprec. Reavaliação - Moveis e Utens	(23.456,25)	-	-	-	(23.456,25)
Deprec. Reavaliação - Maquinas e Eqi	(3.942,51)	-	-	-	(3.942,51)
<b>BENS INTANGIVEIS</b>	<b>104.982,56</b>	<b>5.039,30</b>	<b>(24.947,75)</b>	-	<b>85.074,11</b>
Software's	263.981,56	-	-	-	263.981,56
Marcas e Patente	48.542,80	5.039,30	-	-	53.582,10
	<b>312.524,36</b>	<b>5.039,30</b>	-	-	<b>317.563,66</b>
(-) Amortização Software	(207.541,80)	-	(24.947,75)	-	(232.489,55)
<b>PROJETOS EM ANDAMENTOS</b>	<b>26.115,00</b>	<b>9.000,00</b>	-	-	<b>35.115,00</b>
Construção em andamento	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de sistema	26.115,00	9.000,00	-	-	35.115,00
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.325.342,55</b>	<b>1.021.301,54</b>	<b>(474.613,68)</b>	-	<b>3.872.030,41</b>

Movimentação do custo de 01.01.2016 a 31.12.2016

Nome da Conta	Saldo Inicial em 01.01.16	Adições	Baixas	Transferencias	Saldo Final em 31.12.16
<b>BENS EM OPERAÇÃO</b>	<b>4.034.313,36</b>	<b>279.740,77</b>	-	-	<b>4.314.054,13</b>
Terrenos	1.304.780,40	-	-	-	1.304.780,40
Imoveis	1.111.448,35	222.559,99	-	-	1.334.008,34
Benfeitorias em Imóveis	11.328,94	-	-	-	11.328,94
Moveis e Utensilios	215.063,54	15.650,00	-	-	230.713,54
Equipamentos de Escritorio	23.278,08	-	-	-	23.278,08
Maquinas e Equipamentos	221.108,08	16.738,79	-	-	237.846,87
Computadores	418.610,94	24.791,99	-	-	443.402,93
Servidor de Dados	20.763,29	-	-	-	20.763,29
Instalações	25.189,08	-	-	-	25.189,08
Veiculos	344.910,64	-	-	-	344.910,64
Embarcações	23.950,00	-	-	-	23.950,00
Micro Gerador de Energia	313.882,02	-	-	-	313.882,02
<b>REAVALIAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>86.985,98</b>	-	-	-	<b>86.985,98</b>
Equipamentos de escritorio	20.955,22	-	-	-	20.955,22
Moveis e Utensilios	23.456,25	-	-	-	23.456,25
Maquinas e Equipamentos	3.942,51	-	-	-	3.942,51
Terrenos	38.632,00	-	-	-	38.632,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.121.299,34</b>	<b>279.740,77</b>	-	-	<b>4.401.040,11</b>
<b>(-) DEPRECIÇÕES</b>	<b>(1.017.671,06)</b>	<b>(189.124,06)</b>	-	-	<b>(1.206.795,12)</b>
Deprec. Imoveis	(245.682,51)	(22.229,04)	-	-	(267.911,55)
Deprec. Moveis e Utensilios	(147.602,05)	(20.835,16)	-	-	(168.437,21)
Deprec. Equipamentos de Escritorio	(31.836,96)	(2.346,62)	-	-	(34.183,58)
Deprec. Maquinas e Equipamentos	(99.275,95)	(19.055,54)	-	-	(118.331,49)
Deprec. Computadores	(331.908,94)	(30.666,93)	-	-	(362.575,87)
Deprec. Servidor de Dados	(16.234,70)	(2.524,80)	-	-	(18.759,50)
Deprec. Instalações	(18.642,94)	(2.267,40)	-	-	(20.910,34)
Deprec. Veiculos	(72.239,28)	(61.965,60)	-	-	(134.204,88)
Deprec. Embarcações	(1.570,92)	(1.450,08)	-	-	(3.021,00)
Deprec. Micro Gerador de Energia	(4.995,12)	(25.110,60)	-	-	(30.105,72)
Deprec. Reavaliação - Equipamentos	(20.282,93)	(672,29)	-	-	(20.955,22)
Deprec. Reavaliação - Moveis e Utens	(23.456,25)	-	-	-	(23.456,25)
Deprec. Reavaliação - Maquinas e Equi	(3.942,51)	-	-	-	(3.942,51)
<b>BENS INTANGÍVEIS</b>	<b>99.584,02</b>	<b>5.398,54</b>	-	-	<b>104.982,56</b>
Software's	240.892,29	23.089,27	-	-	263.981,56
Marcas e Patente	41.334,00	7.208,80	-	-	48.542,80
	<b>282.226,29</b>	<b>30.298,07</b>	-	-	<b>312.524,36</b>
(-) Amortização Software	(182.642,27)	(24.899,53)	-	-	(207.541,80)
<b>PROJETOS EM ANDAMENTOS</b>	<b>186.613,50</b>	<b>62.061,49</b>	-	<b>(222.559,99)</b>	<b>26.115,00</b>
Construção em andamento	162.163,50	60.396,49	-	(222.559,99)	-
Desenvolvimento de sistema	24.450,00	1.665,00	-	-	26.115,00
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.389.825,80</b>	<b>158.076,74</b>	-	<b>(222.559,99)</b>	<b>3.325.342,55</b>

## 10. Obrigações trabalhistas e encargos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
FGTS a recolher	44.992	78.806
Imposto de Renda a recolher	80.832	154.322
INSS a recolher	190.744	178.217
PIS sobre folha de pagamento a recolher	5.624	9.920
Consignado a recolher	5.143	0,00
	<u>327.335</u>	<u>421.265</u>

## 11. Férias a pagar

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Férias a pagar	889.203	583.599
Encargos sobre férias a pagar	318.335	473.103
	<u>1.207.538</u>	<u>1.056.702</u>

## 12. Recursos de projetos em Execução

A Entidade contabiliza no passivo os recursos recebidos, oriundos de convênios, contratos de subvenção, financiamentos, patrocínios, termos de cooperação técnica-financeira e Contratos de Concessão de colaboração financeira não reembolsável, os quais ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos, e que requeiram prestação de contas. O saldo em 31 de dezembro de 2017 de recursos totalizavam R\$ 12.622.321 e R\$ 5.455.004 em 2016, assim composto:

<u>Projetos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Agrotools - Couro Pará	0,00	15.463
Avina - Seeg	33.825	158.663
BNDES - Florestas de Valor	6.587.552	0,00
BNDES - Calha Norte Sustentável	520.819	80.120
Cepf- CI- Café	324.764	0,00
CIUA - Governo aberto	402.979	382.926
Coca Cola - Cadeia do guaraná	0,00	10.754
Coca Cola - Olhos da floresta	380.286	109.916
Conectando Saberes	83.178	0,00
Ecam-Pimenta Wai Wai	47.998	0,00
Fundação Moore - Florestas de Valor	0,00	1.499.484
Good Energies - Governo Aberto	750.522	676.414
Greenpeace - Pecuária	36.386	0,00
Imaflora - investimentos	225.201	104.443
Imaflora - serviço de certificação	0,00	258.889
Inesc - Mobilidade urbana	52.566	0,00
Ipam-Gtps	0,00	24.973
Itaú - Sistemas sustentáveis de produção agroflorestal	99.248	0,00
Moore - Florestas de Valor	691.403	0,00

NWF - CFA	332.539	903.321
Porticus - Seeg	0,00	45.244
Porticus Atlas geral	567.932	611.826
Porticus - Açaí Amapá	415.784	0,00
Roncador - Lida do Araguaia	29.093	0,00
Sema - BID - Treinamentos Acre	919.022	0,00
Usaid - Comércio varejista castanha	72.397	0,00
WWF - Accountability Framework	29.323	0,00
WWF - CFA	19.504	568.188
Outras Fontes	0,00	4.380
<b>TOTAL</b>	<b>12.622.321</b>	<b>5.455.04</b>

### 13. Arrendamento Mercantil

Conforme a Resolução CFC nº 1.304/10 (NBC TG 06 R2) as Operações de Arrendamento Mercantil devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que o Instituto detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo valor de mercado.

Os arrendamentos financeiros são registrados com o se fosse um a compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (Leasing) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil.

### 14. Projetos a Executar (LP)

O Instituto possui contrato de longo prazo firmado com entidade parceira, cujo prazo de execução ultrapassa o exercício subsequente.

“BNDES / Fundo Amazônia” - Projeto Floresta de Valor

**8.012.856**

### 15. Isenção tributária

Tendo em vista que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está isenta ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os superávits apurados, por força da Lei Nro. 9.532/97.

## **16. Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido é apresentado em valores históricos e compreende o Patrimônio Social, acrescido dos superávits e diminuídos dos déficits apurados anualmente desde a data da sua constituição.

### **a. Reserva de reavaliação**

Em consonância com a Lei 11.638/07, art. 6º e Resolução CFC nº 1.152/09 (NBC TG 13), compreende o ajuste em relação a valor de mercado dos bens do ativo imobilizado que foram reavaliados até o exercício de 2007, aos seus valores de mercado, de acordo com os respectivos laudos de avaliação elaborados por peritos externos. Conforme as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária proíbe o procedimento de reavaliação espontânea dos bens do ativo imobilizado desde 1º de janeiro de 2008.

### **b. Ajustes de avaliação patrimonial**

Em consonância com a Resolução CFC nº 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07, compreende o registro do valor justo dos ativos imobilizados, decorrente da adoção do conceito do custo atribuído (deemed cost). Sua realização se dá mediante e em consonância com a realização dos bens que os originaram.

### **c. Reserva de Fundo Patrimonial**

Estatuto Social, a reserva de Fundo Patrimonial compreende de recursos financeiros oriundos dos superávits do Instituto, para aplicação em sua ampliação, investimentos patrimoniais, financiamento de projetos inovadores ou estratégicos, bem como suprir eventuais contingências de ordem fiscal ou trabalhista. Qualquer aporte financeiro ou utilização do Fundo Patrimonial, somente poderá ocorrer com prévia e expressa autorização do Conselho Diretor.

Conforme registrado em Ata de reunião Ordinária do Conselho Diretor, realizado em 24 de maio de 2017, foi deliberado à utilização do resultado do exercício R\$ 244.311,00 (Investimentos Institucional), e incorporar integralmente o rendimento líquido da aplicação financeira do exercício R\$ 144.217. Sendo assim, apresenta em 31 de dezembro de 2017 o saldo acumulado de R\$ 2.567.285 e (2.423.067 em 2016).

### **d. Reserva Fundo Social**

De acordo com capítulo XII do Estatuto Social, o Fundo Social do Imaflora foi criado para possibilitar que a certificação fosse uma ferramenta democrática, inclusiva, cujos benefícios - como a diferenciação de produtos no mercado - não ficassem restritos aos grandes empreendimentos. Foi criado para apoiar empreendimentos de comunidades e produtores familiares, com a finalidade de investir e financiar projetos que fortaleçam as atividades deste público, em consonância com a missão, os objetivos e o Plano Estratégico vigente no IMAFLORA, e deverá ser utilizado como financiador em todos os diferentes programas do IMAFLORA, seja para subsidiar a certificação, realizar eventos, fazer estudos estratégicos, fazer treinamentos para este público, dentre outros.

Para viabilizar o fundo, foi instituída uma taxa extra de 5% do custo da auditoria apurado no orçamento de cada cliente, destinado a subsidiar parte dos custos das auditorias. Também foi definido que o montante disponível para uso, anualmente, corresponde ao rendimento do capital do

Fundo no ano anterior mais metade do valor bruto captado pelo Fundo no ano anterior equivaleria a 50% dos rendimentos do valor arrecadado, no ano anterior.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo Inicial	1.413.911	1.218.523
Rendimentos dos Fundos	136.802	163.067
Incorporação	624.411	421.775
(-) Utilização (*)	<u>(258.429)</u>	<u>(389.454)</u>
<b>Total</b>	<b>1.916.695</b>	<b>1.413.911</b>

Entidade em atendimento ao Estatuto Social executou ações, atividades, projetos de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

(\*) Utilização como subsídio para empreendimentos comunitários e pequenos produtores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Certificação Florestal - Cadeia de Custódia	62.427	62.000
Certificação Florestal - Manejo Florestal	188.475	238.000
Certificação Agrícola	7.526	39.454
Treinamento de Comunitários	<u>0,00</u>	<u>50.000</u>
<b>Total</b>	<b>258.429</b>	<b>389.454</b>

## 17. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o Indireto.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Ativo Imobilizado;
- Ativo Intangível; e
- Projetos em Andamento.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Contratação de Leasing

## 18. Prestação de Serviços

Em atendimento a Resolução do CFC No. 1.412/2012 que aprova a NBC TG 30, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins, conforme previsto no Art. 5º do Estatuto Social, são mensuradas pelo valor da contraprestação apuradas com base nos respectivos documentos fiscais.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestação de Serviços (Nacional)	8.783.158	8.144.503
Prestação de Serviços (Internacional)	757.035	932.898
Fundo Social de Certificação	267.011	339.454
Serviços executados a faturar	412.732	121.112
<b>Total</b>	<b>10.219.936</b>	<b>9.537.967</b>

## 19. Receitas de Projetos

Em atendimento a Resolução do CFC No. 1.412/2012 que aprova a NBC TG 30, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas de contratos de convênios, contratos de subvenção, financiamentos, patrocínios, termos de cooperação técnica-financeira e Contratos de Concessão de colaboração financeira não reembolsável, das atividades de projetos, com os respectivos orçamentos aprovados, nos termos do artigo 6º incisos I § 1º do Estatuto Social, foram mensuradas pelo valor de efetiva execução no exercício.

<u>Projetos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Projeto Piracicaba	1.920	1.614
Projeto Cacau Mata Atlântica	0,00	2.806
Projeto Calha Norte Sustentável	0,00	1.520.587
Projeto Terra do Meio	0,00	120.841
Projeto Cacau Amazônia	41.956	132.921
Projeto Pecuária	27.334	52.112
Projeto Estudo Pecuária	0,00	20.732
Projeto Cadeias Produtivas	0,00	468.702
Projeto Nespresso - Café	312.946	516.549
Projeto Estudo de Impactos	0,00	19.296
Projeto SEEG Clima	317.795	161.578
Projeto Lideranças da Floresta	974.068	0,00
Projetos Institucionais - Imaflora	123.552	152.557
Projeto Café 4C	301.960	532.475
Receitas Outros Projetos	3.913.280	789.202
Projeto Novo Campo	0,00	661.267
Projeto Florestas de Valor	4.462.280	1.881.737
Projeto Reflorestamento	0,00	491.005
Projeto Feed The Future	0,00	20.740
Projeto Observatório Código Florestal OCF	10.851	100.520
Receita de Overhead	106.511	40.420
Petrobrás - Projeto Florestas de Valor	0,00	177.747
(*) Projeto Coca Cola - Olhos da Floresta	390.770	302.966
Projeto ICS Carbon Transparency	0,00	102.837
(*) Projeto Ecam - Pimenta Wai Wai	980	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.086.203</b>	<b>8.271.211</b>

(\*) Composto por Doação

## 20. Custos e despesa com pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e Ordenados	6.274.775	5.513.839
Férias	1.020.799	780.843
Décimo Terceiro Salário	766.510	679.099
Encargos com Empregados	2.121.730	2.196.034
Benefícios (*)	1.280.342	1.143.172
Transferência para custos com pessoal (**)	<u>8.764.978</u>	<u>7.720.073</u>
	<b>2.699.178</b>	<b>2.592.915</b>

(\*) Composto substancialmente por alimentação, assistência médica e auxílio educação.

(\*\*) Representado por atividades diretas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos - Certificação	3.573.090	4.029.568
Custos - Projetos	<u>5.191.888</u>	<u>3.690.505</u>
	<b>8.764.978</b>	<b>7.720.073</b>

## 21. Custos diretos / indiretos e despesas gerais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prestação de serviços	3.476.580	2.500.070
Viagens e estadias	2.914.068	2.340.183
Comunicação e evento	151.057	150.413
Depreciação	252.866	214.024
Segurança, jardinagem e limpeza.	373.524	327.080
Manutenção de sistemas, softwares e internet.	133.761	97.357
Obras de projetos	189.548	745.867
Despesas Gerais	901.798	993.230
Transferência para custo (*)	<u>7.548.052</u>	<u>6.211.239</u>
	<b>845.150</b>	<b>1.156.985</b>

(\*) Representado por:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Diretos:</b>		
Custos - Certificação	3.387.891	2.837.936
Custos - Projetos	3.959.416	3.137.614
<b>Indiretos:</b>		
Custos - Certificação	118.090	126.125
Custos - Projetos	<u>82.655</u>	<u>109.564</u>
	<b>7.548.052</b>	<b>6.211.239</b>

## 22. Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguro considerando o valor suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

a) **Seguro Empresarial:** Cobertura contra os riscos de incêndio, queda de raio, equipamentos estacionários, impacto de veículos, queda de aeronaves e danos elétricos (benfeitorias, máquinas, instalações e estoques), sendo que o valor em risco segurado representa R\$ 2.500.000,00.

b) **Seguro Auto:** Cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, assegurado pelo valor de mercado.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

## 23. Eventos Subsequentes

Em 31 de dezembro de 2017 até a data de realização da auditoria (20 de abril de 2018), não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

## 24. Provisão Passivos Contingentes (Resolução CFC N° 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC N° 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, não constando processos trabalhistas de (terceiros) que envolvam a Entidade não constituímos uma provisão, em 31 de dezembro de 2017.

Piracicaba - SP, 31 de dezembro de 2017

---

Laura de Santis Prada  
Secretária Executiva  
CPF: 177.464.528-92

---

José Marcos de Carvalho  
Contador CRC: 1SP219957/O-6  
CPF: 812.291.608-25

